

## ENTREVISTA COM RODRIGO SANTOS

INTERVIEW WITH RODRIGO SANTOS

*Entrevista realizada por Mayra Pinheiro \*, Júlia Kovac \*\* e Tayná Mendes \*\*\**

A decisão de realizar a entrevista com o Dr. Rodrigo Salles Pereira dos Santos, Professor Adjunto do Departamento de Sociologia (IFCS/UFRJ) e coordenador do grupo de pesquisa Desenvolvimento, Trabalho e Ambiente (DTA), se relaciona com nossas próprias trajetórias acadêmicas. Com aulas que inspiram o artesanato intelectual e desvelam dinâmicas do trabalho científico, o entrevistado – também nosso professor – consegue construir uma curiosidade compartilhada por seus trabalhos dedicados às estratégias empresariais de indústrias siderúrgicas e do desenvolvimento da região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, a partir das indústrias automobilísticas ali instaladas.

Nesta entrevista, realizada na tarde de 01 outubro de 2019, no instituto que abriga a Revista *Habitus*, Rodrigo traçou as principais características do campo da Sociologia Econômica, passando por relações presentes em seu trabalho com Redes Globais de Produção, natureza e movimentos sociais. Além disso, atuando enquanto Coordenador Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Sociologia & Antropologia (PPGSA), o entrevistado também pode colocar em perspectiva os desafios institucionais que as ciências sociais enfrentam atualmente.

Esperamos que a leitura desse diálogo seja frutífera para os alunos interessados em compreender melhor como essa faceta central dos estudos sociológicos se organiza em nossos dias. O texto, repleto de experiências e referências a outros cientistas da área, além de introduzir ao tema, é uma ótima fonte de questões de pesquisa a serem continuadas por nossa geração.

\* \* \*

**Revista *Habitus*:** *Como de costume, gostaríamos de começar a entrevista perguntando a respeito de sua trajetória acadêmica e de seu envolvimento com a sociologia econômica. Como você se envolveu com a área?*

**Rodrigo Santos:** Bom, buscando ser breve na apresentação, me envolvi com as ciências sociais um tanto por acaso. Comecei o curso em 1999 na UFF, tinha pouca clareza do que era o curso de ciências sociais, mas rapidamente me encontrei. Sempre gostei das matérias relacionadas à história, geografia, estava muito preocupado com temas públicos relevantes como democracia. Com seis meses eu já sabia que aquilo era o que eu queria para minha vida, o que acredito ser bastante excepcional, você se encontrar tão rápido. Eu tinha um desempenho muito bom nas disciplinas, mas ainda não tinha muita clareza de como aquilo se desenvolveria do ponto de vista profissional.

Mais ou menos no 5º período comecei a estagiar numa pesquisa que fazia avaliação dos cursos de qualificação profissional oferecidos pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Era em um escritório alugado, no Centro do Rio, 40 horas de estágio, era pesado. Trabalhava de 8h às 17h, pegava a barca e corria pra assistir aula à noite, meu curso era noturno. Nesse local eu conheci uma pessoa que se tornou uma espécie de mentora para mim, ela era minha professora de graduação e a gente foi progressivamente se tornando amigo, a Bárbara França. Ela teve um papel muito importante para me socializar, eu venho de uma família que não tem nenhuma conexão com a academia, sou a primeira pessoa a fazer um curso de graduação e até hoje a única a concluir a graduação numa universidade pública. Eu não tinha o capital social necessário para entender como esse mundo funcionava e ela era uma pessoa que tinha feito doutorado pleno na Universidade Paris VIII, ou seja, alguém que conhecia perfeitamente como esse mundo funcionava e que me explicou o que acontecia na prática. Isso me ajudou a tomar decisões a respeito do que eu iria pesquisar, a me envolver na área.

Em 2002 quando estava terminando a graduação, iniciei imediatamente a licenciatura, que naquele período era muito mais fácil de se concluir. Então eu ia tentar o mestrado, mas neste momento todos os professores de sociologia do trabalho tinham se aposentado por causa da reforma previdenciária do Fernando Henrique Cardoso (presidente do Brasil na época). Era um programa de sociologia e direito e tinha essa professora em particular que ainda não havia sido credenciada, mas todos os outros professores da área tinham saído de repente, então não tinha quem me orientasse. Então a Bárbara me colocou em contato com o José Ricardo Ramalho, são amigos até hoje. Foi ela quem marcou uma entrevista com ele, e eu vim aqui pra explicar que tipo de interesse eu tinha. Na época eu queria pesquisar economia solidária e cooperativismo e ele gostou da ideia e me explicou que tinha uma área de pesquisa privilegiada, que trabalhava com indústria automobilística no Sul Fluminense. Então nós ajustamos um pouco as expectativas, até que eu apresentei meu projeto de mestrado. Entrei com bolsa, cursei o mestrado entre 2004-2006 e ainda antes de terminar prestei o doutorado aqui. Passei com bolsa também e cursei de 2006 até o fim de 2010, porque atrasei um pouco a conclusão da tese. Desde o início, o José Ricardo, que me orientou no mestrado e no doutorado, foi sempre uma fonte de inspiração e de apoio no desenvolvimento da minha formação e da minha trajetória profissional.

Dessa forma, minha formação teórica e empírica sempre foi na sociologia do trabalho – fiz pesquisa na área de qualificação profissional desde o 5º período da graduação –, e mesmo durante o mestrado e o doutorado eu estava envolvido nesses projetos de pesquisa. Mas sempre me incomodou nos estudos de sociologia do trabalho um certo tradicionalismo, porque o agente privilegiado era um tipo específico de trabalhador: em geral, homem, branco, do setor industrial, etc. E essa era uma questão que eu me confrontava desde o início da formação. Como mencionei, meu projeto inicialmente era sobre cooperativas, então eu já tinha interesse sobre o trabalho informal. Nesse caminho no mestrado e no doutorado, fui progressivamente saindo da sociologia do trabalho que, embora contivesse coisas muito legais, competiam com outros temas de economia que começaram a chamar minha atenção. Eu fazia pesquisa em uma área na qual a indústria automobilística estava se estabelecendo, mas eu queria estudar menos os

trabalhadores e os sindicatos e mais a convergência dos atores para promover desenvolvimento regional. Nesse caminho, a orientação do José Ricardo e dos colegas do grupo de pesquisa que ele liderava foram fundamentais. E depois de discutir desenvolvimento regional, fui saindo mais e mais da sociologia do trabalho, a ponto de me deparar com uma área nova, que eu não conhecia até aquele momento, que era a sociologia econômica. E fui amadurecendo meus interesses e reorientando aquilo que já fazia. Ao invés de olhar exclusivamente para os trabalhadores, passei a olhar mais para outros atores que influenciam a economia e, em particular, para empresas. Eu consigo costurar essa trajetória para pensar hoje que o meu objeto privilegiado é a empresa, embora não vá deixar de falar do trabalho e do ambiente, que são outros temas que me interessam. Eu comecei a me “enrolar” com a sociologia econômica no meio do doutorado e só logo depois de defender a tese defini claramente que atuaria nessa área e participaria dos congressos nos grupos de trabalhos relacionados a essa subárea. Isso só ficou claro pra mim por volta de 2011.

**Revista Habitus:** *Como a Sociologia Econômica tem se desenvolvido no Brasil e no mundo?*

**Rodrigo Santos:** O campo está misturado com o desenvolvimento da sociologia clássica. Se considerarmos os quatro principais teóricos do fim do século XIX, a maior parte deles estava interessada em temas econômicos, a ponto do Weber dizer que as disciplinas da sociologia e da economia estavam fundidas. O objeto de interesse dele são os objetos socioeconômicos, não somente o fenômeno social, nem tampouco o econômico. E eu sempre tive muito interesse por esses autores. Mas ao longo do século XX podemos falar de uma retração da sociologia econômica. Obviamente você tem pontos e autores importantes que vão aparecer depois dos clássicos, por exemplo, Thorstein Veblen, que vai trabalhar principalmente com consumo conspícuo; Karl Polanyi, etc. Mas a sociologia econômica não se desenvolveu como subárea, ela não se institucionalizou. Só por volta dos anos 1980 que ela vai se constituir como uma subárea e ocupar espaço institucional nos principais congressos, estimular a criação de *handbooks*, pavimentar carreiras acadêmicas, criando algo muito distintivo, o que começamos a chamar de Nova Sociologia Econômica a partir do texto clássico do Mark Granovetter, “*Ação econômica e estrutura social*”, de 1985. Esse é um texto muito importante porque ele estabelece de maneira bastante clara duas ideias muito importantes. A primeira é a construção social da economia, principalmente a construção social dos mercados. Essa não é uma ideia totalmente explícita no trabalho dele, mas ali Granovetter propõe uma primeira variante de um tema definidor dessa grande área, a noção de que a ação econômica é um subtipo de ação social e a ideia de que as relações econômicas estão embutidas ou incrustadas nas relações sociais. Essas duas noções, que se confundem na maior parte do tempo, a construção social da economia e o enraizamento social da economia são duas ideias-chave que assumiram uma faceta que se tornou clássica nesse trabalho. Muitas outras coisas convergem nesse momento para criar um mito de origem. Granovetter ocupa esse lugar mítico, como se outras abordagens da sociologia econômica não estivessem emergindo nesse mesmo momento, como por exemplo, o trabalho da Marie France Garcia-Parpet sobre o mercado de morangos, que foi publicado originalmente em 1986, sem mobilizar as categorias criadas pelo Granovetter, mas que alcança resultados muito similares. Talvez a construção social de mercados seja melhor fundamentada no trabalho da Marie France

do que no do Granovetter, por exemplo. É essa trajetória da abordagem neoestrutural, ou seja, da ideia de que são relações sociais concretas que influenciam os fenômenos econômicos, pensando tais relações a partir da ideia de rede social e conectada a uma metodologia específica, que vincula a sociologia econômica neoestrutural à análise de redes sociais. Mas boa parte da literatura segue tratando como se essa fosse a única fonte de origem da sociologia econômica. Embora sua influência seja inegável no desenvolvimento do campo, isso traz certos problemas. Essa trajetória vinculada ao Granovetter e aos norte-americanos foi patrocinada institucionalmente, em particular pela atividade da SAGE Foundation. A construção de uma sociologia econômica norte-americana esteve vinculada aos interesses de fundações e editoras universitárias que promoviam duas vertentes: essa primeira, neoestrutural, liderada por Granovetter, mas contando com outros autores importantes, como Brian Uzzi, por exemplo; e uma sociologia cultural da economia, que estava enfatizando a dimensão moral dos fenômenos econômicos – penso particularmente no trabalho da Viviana Zelizer. Então as primeiras coletâneas da área estavam reunindo essas duas vertentes de pesquisadores: pessoas que estavam discutindo redes sociais para explicar o comportamento econômico e outros pesquisadores que discutiam moralidade e economia. Mas essa é só uma parte da história.

O campo da sociologia econômica no mundo como um todo é mais complexo do que isso, e quando olho para outras vertentes, consigo perceber outras conexões entre a sociologia clássica e a sociologia econômica. Chamaria atenção para duas vertentes em que encontro mais continuidades entre os clássicos e essa nova sociologia econômica, em detrimento da sociologia cultural e da sociologia neoestrutural, que são o institucionalismo e a economia política. Se considerarmos a linhagem dos trabalhos de economia política na sociologia econômica, de autores como Colin Crouch e Wolfgang Streeck, por exemplo, há um vínculo direto com o marxismo e com o trabalho de Marx. O tema do capitalismo nunca desapareceu dessa literatura, assim como uma forma de entendimento do capitalismo em termos de sistema mundo, se pensarmos na obra de Immanuel Wallerstein. Uma outra vertente diz respeito aos autores institucionalistas, cujo trabalho eu remontaria à obra de Weber, principalmente, mas que também produziram desde os anos 1980 análises comparativas históricas sobre as variedades de capitalismo (termo utilizado pela própria literatura), sobre as variações por meio das quais os Estados-nação capitalistas desenvolveram as suas instituições de governança corporativa, de qualificação profissional, de relações industriais, etc. Essas duas vertentes dificilmente podem ser lidas como emergindo nos anos 1980, pois vão se desdobrando e têm conexões muito íntimas com a sociologia clássica e contemporânea. Bom, falei de 4 correntes, mas a última, e provavelmente a mais recente, que conheço menos inclusive, é a teoria da performatividade, que emerge, principalmente, a partir do trabalho de Michel Callon. E assim traçamos um panorama de um campo que é muito mais diverso da forma pela qual, em geral, tem sido representado. Entrarei no Brasil daqui a pouco. Chamo atenção para isso porque o maior evento de sociologia econômica do mundo não tem o nome de sociologia econômica, que é o congresso anual da Society for the Advancement of Socio-Economics (SASE). Então, na verdade, falamos de um campo ampliado transdisciplinar que reúne pesquisadores de gestão, marketing, sociologia, antropologia, etc. E que não se limita a essas fronteiras disciplinares, como organizamos isso no Brasil. O programa teórico-metodológico da sociologia neoestrutural e da análise de redes,

muito vinculado ao nome do Granovetter, tem a ver com o paradigma da disciplinaridade, que é algo que os norte-americanos estavam promovendo na emergência dessa subárea. Mas o projeto da SASE é muito mais interdisciplinar e aberto do que, em geral essas representações dão conta, estando vinculado, em sua origem, ao pesquisador de origem alemã Amitai Etzioni. Mas no plano geral falamos de um mundo bem amplo.

No Brasil, a sociologia econômica tende a respeitar as fronteiras disciplinares que caracterizam o desenvolvimento da academia no país. Correndo o risco de falar besteira, a minha impressão é que quando comparo as trajetórias acadêmicas brasileiras com a de países anglo saxônicos – penso na Inglaterra, que é onde fiz o doutorado sanduíche – essas trajetórias tendem a ser muito mais transdisciplinares do que a nossa. Então é muito comum que os sociólogos brasileiros se vinculem mais a essas tradições disciplinares. Eu diria que temos uma característica específica, pois a linhagem predominante no Brasil é a sociologia cultural da economia. E embora o trabalho da Viviana Zelizer seja certamente decisivo para boa parte dos pesquisadores, nossa especificidade é que a obra de Pierre Bourdieu assume centralidade absoluta nessa abordagem, a partir de determinada leitura parcial, em meu ponto de vista. É uma literatura que foca na dimensão simbólica da obra de Bourdieu, subordinando as relações de poder. É claro que na análise do simbólico existe poder, mas boa parte da leitura bourdieusiana dos fenômenos econômicos que ocorrem no Brasil me parece privilegiar esse aspecto. Ou seja, é uma leitura culturalista da obra bourdieusiana para tentar dar conta dos fenômenos econômicos. Por isso, não à toa boa parte da literatura em português acabou privilegiando a noção de construção social da economia. Dessa forma, no Brasil me parece haver uma convergência da análise bourdieusiana, do construcionismo social, e da sociologia cultural da economia, e isso deixou marcas muito importantes até hoje. A sociologia neoestrutural não vingou bem entre nós, e poucos pesquisadores trabalham com ela. Eu destacaria, nesse sentido, o trabalho de Ary Minella. A minha impressão é que muitas pessoas com uma trajetória parecida com a minha, que vinham da sociologia do trabalho, como Raphael Lima da Universidade Federal Fluminense de Volta Redonda (UFF/VR), por exemplo, e utilizavam aportes da economia política, começaram a trazer essa bagagem para a sociologia econômica. O Paulo Neiderle, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) tem também uma vinculação com a economia política agrária e com as discussões de sociologia rural. É possível pensar também em autores no campo do institucionalismo, como o Cristiano Monteiro (UFF), que trabalhou com o mercado de aviação civil, discutindo as instituições que regulam o transporte aéreo. O Marcelo Carneiro, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) é outro exemplo, se encaminhando mais recentemente em direção às questões de performatividade e da teoria ator-rede, que vêm promovendo ótimos trabalhos. Ou seja, a incorporação de outras heranças em termos de subáreas – trabalho e rural, por exemplo – e de outros aportes teóricos vêm ajudando a diversificar e desenvolver a sociologia econômica no Brasil. Hoje o campo é maior e muito mais diversificado do que há 15, 10 anos atrás, em que você tinha um perfil mais consolidado de pesquisadores sênior. Hoje os pesquisadores são mais jovens, estão em uma fase intermediária da carreira e cada um está utilizando referências diferentes e, o mais interessante, misturando essas referências. Eu diria que meu trabalho está na fronteira do institucionalismo e da economia política, mas tenho colegas que misturam outras tradições e isso tem gerado

progressivamente trabalhos mais ricos. Obviamente conectamos isso com outras bagagens individuais, pois como esse campo emergiu recentemente, a maioria de nós não foi formada dentro dele, o que gera impactos positivos para constituir uma sociologia econômica própria, que não só repita o padrão de evolução internacional.

**Revista Habitus:** *Você ainda enxerga a sociologia cultural na sociologia econômica como a vertente mais expoente no Brasil?*

**Rodrigo Santos:** Eu acho que ela continua sendo a matriz dominante. O espaço das outras sociologias aumentou, mas ela continua como dominante, porque isso se relaciona com a qualidade do trabalho desses pesquisadores desde a origem. O tripé dessa origem se dá com os trabalhos da Cécile Raud-Mattedi, do Roberto Grün e do Ricardo Abramovay. O trabalho de formação promovido pelo Roberto Grün, por exemplo, derivou em uma geração talentosa de pesquisadores, que hoje produz um volume de trabalhos extremamente competentes, e que está espalhada pelo Brasil. Cito como exemplos a Marina Sartore, da Universidade Federal de Sergipe (UFS), e seus estudos sobre mercados de capitais e sobre como questões ambientais penetraram na lógica dos investimentos em ações; o trabalho mais recente da Elaine Leite, da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), que tem discutido a moralidade em termos de orçamento doméstico, na linhagem da Viviana Zelizer; assim como os trabalhos da Maria Aparecida Chaves Jardim, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), que investigou, dentre muitos outros temas, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Vários desses trabalhos continuam a ser muito informados pela obra desse autor central na sociologia econômica brasileira – Roberto Grün, que talvez seja quem tenha avançado mais naquilo que eu estou chamando de sociologia cultural da economia. Possivelmente a melhor maneira de pensar isso seja olhando para a sociologia da construção dos mercados.

**Revista Habitus:** *Sua área de pesquisa em específico se coloca a partir das redes globais de produção, e esse é um tema recorrente em suas publicações. Você poderia explicar um pouco mais o conceito e como essa análise modela a sua forma de pensar a sociologia econômica?*

**Rodrigo Santos:** Quando eu fui fazer o doutorado sanduíche, eu tinha acabado de fazer a qualificação de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA). Eu passei para o doutorado com um projeto de pesquisa para estudar institucionalidades regionais comparadas – entre o ABC paulista e o Sul Fluminense, que são regiões de montadoras automotivas. No meio desse processo, o PPGSA estabeleceu um acordo de cooperação acadêmica com o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). O Marcelo Carneiro era o coordenador na UFMA, e o José Ricardo Ramalho era o coordenador aqui na UFRJ. E eu fui convidado para fazer um trabalho de campo em uma cidade chamada Açailândia, uma cidade bem interessante. É uma região do Maranhão que foi desflorestada nos últimos 30 anos, em particular por conta da influência do estabelecimento da Estrada de Ferro Carajás, que liga as minas de ferro do Pará até o porto, em São Luís (MA). Ou seja, você tem uma grande infraestrutura ferroviária que começou a operar em 1985 e que vinculou a maior mina de minério de ferro do mundo aos

mercados internacionais. Esse minério chega ao porto de São Luís e vai basicamente para a China, que detém aproximadamente 58% do consumo de minério de ferro no mundo hoje – com variações de ano a ano, claro. Se pensarmos na Ásia como um todo, chega facilmente a 75%, a 80%. Então é basicamente um sistema de transporte transoceânico de minério de ferro. E essa cidade, Açailândia, estava ali no meio. Nela se constituíram pequenas siderúrgicas que se abasteciam com carvão de mata nativa amazônica, carbonizada em fornos, principalmente, por trabalho familiar, que incorporava, em grande medida, trabalho infantil e trabalho escravo. Parte do ferro-gusa ali produzido saía pela estrada de ferro, pelo porto de São Luís, e ia para a maior siderúrgica norte-americana, a Nucor Co., para abastecer a indústria automotiva – Ford e GM, naquele momento. Por que eu estou falando disso? Porque eu estava com um projeto completamente diferente, fui fazer esse trabalho de campo, voltei um mês depois super encantado com o campo que tinha visto e mudei completamente o meu projeto. Então eu abandonei a indústria automobilística – momentaneamente – e fui trabalhar com indústria siderúrgica, tentando entender o que os grandes projetos de investimento siderúrgicos, nesse caso minerador, faziam em uma determinada região. Eu comparei a Amazônia Oriental com o Rio de Janeiro, que estava recebendo um implante siderúrgico do grupo alemão ThyssenKrupp em Santa Cruz. Eu qualifiquei com esse projeto, tinha entrevistas, mas faltava um enquadramento teórico. Eu não sabia como mobilizar esse conjunto de múltiplas influências – eu estava falando de mina, de ferrovia, de porto, de aço, de minério de ferro, de trabalho infantil, de trabalho escravo, etc. E aí eu entrevistava secretário de desenvolvimento, presidente da associação dos produtores de carvão, representante da Comissão Pastoral da Terra (CPT) ameaçado de morte... Era um mosaico completamente fragmentado e a sensação que eu tinha era que não tinha as ferramentas teóricas necessárias para entender isso. Eu sempre tive muito interesse por economia e por economia política, em particular. Então, durante o doutorado, eu fiz disciplinas no Instituto de Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), por exemplo, discutindo economia e território com o Jorge Natal. A minha formação nunca foi propriamente disciplinar, eu estava sempre tentando “abri-la”. Mas cheguei, nesse momento, a um certo entrave. Eu tinha um bom trabalho de campo, mas não sabia como explorá-lo do ponto de vista teórico, faltava fundamentos. Foi quando eu fui para o doutorado sanduíche no País de Gales, e comecei a trabalhar com o professor Huw Beynon, que é um especialista em sociologia do trabalho. Mas a tradição de sociologia do trabalho britânica era muito mais próxima da economia política naquele momento. E lá era muito interessante porque a escola de Ciências Sociais ficava no mesmo prédio que a escola de Planejamento Urbano e Regional. Então eu fazia disciplinas com os professores de Ciências Sociais e com os professores do Planejamento Urbano e Regional; ou seja, as ferramentas com as quais eu estava tendo contato lá não diziam respeito só à sociologia. Eu estava sendo apresentado a matrizes teóricas e metodológicas que estavam dentro da sociologia, mas também estavam fora, e que discutiam muito diretamente com a economia. E um debate que começou a chamar muito a minha atenção diz respeito à ideia genérica de sistemas transnacionais de produção, mas que reúne as noções de cadeia produtiva, de cadeia global de commodities e, posteriormente, cadeia global de valor –principalmente a partir do trabalho do Gary Gereffi nos Estados Unidos – e também a ideia de rede global de produção, que tinha uma origem britânica, principalmente com o Peter Dicken e o Jeffrey Henderson. Eu não estava entendendo direito o que eram essas coisas, mas comecei a me

interessar muito pelas dinâmicas de cadeia de valor, pensando no termo que era mais corrente na época. E eu tinha reuniões quinzenais com o meu orientador, nas quais eu tinha que apresentar como o meu trabalho estava se desenvolvendo. Um dia eu estava em uma discussão com o Huw Beynon, apresentando como o mercado de ferro-gusa na Amazônia Oriental e o preço desse bem, em particular, era influenciado tanto pelo preço do minério de ferro no mercado internacional quanto pelos preços de produtos substitutivos, como o ferro-esponja, o HBI venezuelano. Eu estava acompanhando as dinâmicas de mercado e de preços de produtos diferentes vindo da Ucrânia, da Rússia, da Venezuela, da Amazônia Oriental... e aí o Huw olhou para mim e disse algo como: “Nossa, super legal isso que você está fazendo. Você leu o trabalho do Jeffrey Henderson?”. E eu disse que sim, que tinha lido, mas não entendia o porquê da pergunta. E ele falou assim: “Leia de novo!” Foi então que eu parei e reli esse trabalho com cuidado, e foi como se aquilo fizesse todo o meu trabalho de campo fazer sentido. Eu olhei para aquela ferramenta e percebi que seria muito útil para tentar entender como a atividade econômica está encadeada de maneira sistêmica. Mas era também algo além disso.

Eu faço uma crítica habitual ao modo como boa parte da sociologia brasileira está organizada, em um sentido de que os nossos objetos de pesquisa mudaram pouco à medida em que a globalização econômica emergiu como um fenômeno explicativo de boa parte das dinâmicas que observamos no cotidiano. Eu vejo muitos trabalhos que estão falando sobre economia e que encaram a globalização como uma espécie de pano de fundo. Você explica as dinâmicas mais gerais de como o mercado funciona, por exemplo, mas ao fim e ao cabo, é o seu trabalho de campo e são as relações sociais mais imediatas que conformam as operações daquele mercado, que o explicam, como se não houvesse vínculos para fora desse locus ou dessa escala analítica. Será que a realidade é conformada exatamente por aquilo que eu consigo ver em escala local? É um problema de análise escalar. Os geógrafos, por exemplo, são muito preocupados com escala. Nós sociólogos, antropólogos e cientistas políticos, de modo geral, somos bem menos preocupados com escala, tanto a geográfica quanto a analítica. E esse era um problema que estava me aterrorizando e era por isso que eu tentava ligar a Ucrânia com a Venezuela e afins. Porque, para mim, o trabalho escravo e o trabalho infantil que estavam acontecendo na cadeia do ferro-gusa amazônico tinham a ver com dinâmicas que eu não podia observar exclusivamente do ponto de vista de um trabalho de campo. Não eram as relações sociais imediatas que determinavam tudo o que estava acontecendo; a minha aposta, na verdade, é que, ainda que elas tivessem muita importância para entender o que acontece, naquele objeto específico elas não eram as determinantes. E a minha luta interna e também nas reuniões de orientação, era tentar encontrar uma maneira de expressar a globalização como algo que era constitutivo do meu objeto de pesquisa. E não tinha lugar melhor para eu estar para fazer isso.

Eu participava de um grupo de pesquisa, que se chamava Global Political Economy (GPE) Research Group, coordenado pelo Huw Beynon. E tinha um grupo-espelho, que era o Global Labour Research Group, que reunia colegas de vários lugares do mundo – Alemanha, Itália, Filipinas, etc. Eu estava circulando por esse grupo e estávamos discutindo, a cada quinze dias, os nossos objetos de pesquisa. A Gabriela Alberti, pesquisadora italiana e hoje professora da Universidade de Leeds, estava discutindo migração transnacional de brasileiros em Londres, por exemplo. Era um trabalho sobre migração, não tinha nada a ver com siderurgia e ferro-gusa;

mas o objeto dela era transnacional. Tinha um pesquisador britânico que estava discutindo movimentos sociais globais, redes globais de ativistas. Eu não estava discutindo movimento social particularmente, mas estava discutindo um fenômeno global. Então esse era o melhor grupo que eu poderia ter encontrado para tentar problematizar o meu próprio objeto como algo que não estava acontecendo exclusivamente na Amazônia Oriental, mas que estava acontecendo no mundo. E a conjunção dessas duas coisas, o encontro de uma ferramenta teórico-metodológica, como a das rede globais de produção, e a participação em um debate acadêmico em que a globalização não era pano de fundo, e sim um elemento constitutivo dos objetos de pesquisa, me ajudou muito. A minha maneira de fazer pesquisa e de pensar academicamente mudou a partir dessas experiências. Esses dois elementos me levaram a sempre buscar compreender os objetos aos quais eu estou me dedicando de uma maneira que considere que a globalização altera qualitativamente a natureza das coisas. A noção de rede global de produção (RGP), então, me propicia uma ferramenta que é flexível o suficiente; quando eu quero falar de movimento social eu consigo utilizar esses mesmos termos; quando eu estou falando de ambiente eu também estou pensando nos mesmos termos. Me permite me mover dentro de um arcabouço teórico e analítico que faz com que eu mobilize a globalização dessa forma. Mais do que “morrer abraçado” a uma determinada perspectiva – e ela tem uma série de problemas que talvez não caiba aqui colocar –, a abordagem das redes globais de produção me permite construir esse objeto globalmente. E é isso o que me interessa hoje.

**Revista Habitus:** *Retomando um pouco o que você já começou a comentar sobre a Vale e os desastres ambientais, em muitos dos seus trabalhos você tem discutido estratégias empresariais e estatais. Como os desastres ambientais se relacionam com essas tomadas de decisões econômicas por parte dos agentes econômicos e políticos? E também, quais as dificuldades de pensar e delimitar esses agentes, os culpados nesses desastres?*

**Rodrigo Santos:** Existe uma trajetória de desastres de mineração, com barragens de rejeitos em particular, no Brasil. Os dois maiores desastres que aconteceram recentemente no Brasil são uma expressão absolutamente trágica dessa trajetória, mas eles eram previstos. Depois que ocorreu o primeiro desastre, provocado pela Samarco em Mariana, em 2015, escrevemos um relatório – no grupo de pesquisa do qual eu faço parte, o Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS) – e em suas conclusões, falávamos que uma parte da literatura internacional apontava que a ocorrência desse tipo de desastre tendia a aumentar, tanto do ponto de vista quantitativo, quanto do ponto de vista da escala. Então era provável que esses desastres ocorressem novamente, em maior número e provocando danos ainda mais graves. Ou seja, pelo menos desde 2015 estamos construindo e sofisticando esse argumento. E falar disso em relação ao grupo de pesquisa é importante porque o tempo todo as pesquisas que venho realizando sobre sobre mineração, mas principalmente as pesquisas relacionadas aos desastres, foram sempre esforços coletivos. Em particular de nós na sociologia, mas também de colegas geógrafos de outras universidades, e do Bruno Milanez, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Eu busquei entender uma parte daquilo que havia ocorrido nos desastres, fundamentalmente as determinações econômicas, digamos assim. E sempre pensando economia como uma variante da vida social. A economia não é uma relação entre variáveis que estão descoladas de decisões de pessoas. E no primeiro desastre, algo que ficou bastante claro é que a trajetória de elevação das capacidades extrativa e produtiva da Samarco estava extremamente vinculada ao ciclo de preços do minério de ferro no mundo. Assim, passamos por um período de elevação dramática dos preços dos minérios, aquilo que se convencionou chamar de *boom* das *commodities*, de 2003 até 2011 – com alguma divergência a respeito disso, em que se elevaram sobretudo os preços dos principais minérios, particularmente minério industriais, como cobre e ferro. E o aumento de preços tem um determinado impacto sobre o comportamento dos agentes empresariais. Nesse primeiro momento, começamos a observar que mineradoras de todos os portes começam a ampliar o seu nível de investimento. Podemos relacionar isso facilmente com variáveis estilizadas, com dados que estão disponíveis publicamente. O investimento em desenvolvimento de novas minas e a ampliação de outras minas se torna uma característica absolutamente marcante das periferias extrativas no mundo. Na África, em parte da Ásia e, principalmente, na América Latina. E é possível observar mineradoras de diferentes portes fazendo isso. Desde as *majors*, as grandes mineradoras como a Vale e BHP Billiton, quanto mineradoras pequenas, como projetos de mineradoras chinesas no interior do Piauí. Não escutávamos falar em projetos de minério de ferro no interior da Bahia, no interior do Piauí. Mas nesse contexto, em que os preços estão muito altos, mesmo minério de baixíssima qualidade se torna muito rentável. Tem uma diferença básica. Os preços chegaram até esse período de pico de 2011, que antecede a queda, a U\$ 180 por tonelada de minério de ferro. O custo de produção da tonelada de minério de ferro na mina mais produtiva da Vale é de U\$ 7 por tonelada. É óbvio que isso era uma conjuntura excepcional. Ao longo do século XX não foi essa a trajetória observada. Mas em uma mina que é excepcionalmente rica, como a S11D, a Vale vai ser muito lucrativa sempre. Seria preciso que o preço caia abaixo de U\$ 12, 13 por tonelada, e isso muito provavelmente não vai acontecer.

Nesse período, que todos os agentes econômicos da mineração sabem que tende a não durar – embora façam o discurso oposto para acionistas, por exemplo –, a dinâmica induz que o investimento se acelere. E, em minas de grande porte, que tendem a provocar um impacto muito substancial na natureza, há processos institucionais que dificultam sua instalação. Só para se ter uma ideia, a divisão brasileira da Anglo American, que comprou a mina do Eike Batista em Conceição do Mato Dentro (MG), tentou desenvolver a sua mina e enfrentou tantos entraves que, entre a compra e o início do desenvolvimento, demitiu três presidentes. Além disso, acumulou um prejuízo de cerca de U\$ 6 bilhões. Isso tem a ver com a dinâmica do mercado. Quando a mina começou a operar a plena capacidade em 2014, o *boom* já havia passado e os preços diminuído. E toda aquela expectativa de se beneficiar do investimento tinha ido pelo ralo, de modo que a empresa optou por colocar o projeto à venda. Para se ter uma ideia de como esse é um setor em que a maturação do investimento é lenta. Você não abre uma mina de uma hora para outra, é um volume de capital absolutamente impressionante. E ela precisa ir sendo organizada de maneira segura. Quando estamos falando de novos projetos em áreas que eram bastante pobres, do ponto de vista do conteúdo do teor de minério, isso significa que o volume

de solo e de rejeito estéril que está sendo gerado é extremamente elevado. E aí é necessário infraestruturas hidráulicas cada vez maiores para suportar esses rejeitos de minério. Observamos nesse período um aumento no volume do conteúdo e um aumento do número de barragens de rejeito. Ou seja, aumentamos o tamanho dessas barragens, o conteúdo delas e se pode garantir muito pouco sobre sua segurança. A Agência Nacional de Águas (ANA), por exemplo, em 2014, em relatório próprio, conseguia atestar a estabilidade de menos de 2% de todas as barragens existentes no Brasil, incluindo as barragens de água. Isso explicita um problema de baixa capacidade estatal de regulação do setor. E, de outro lado, você tem um apetite extremamente acelerado das empresas do setor para aproveitar o ciclo ascendente de preços. É essa conjunção que favorece práticas que vão acabar derivando em uma incapacidade da própria mineradora de monitorar a sua infraestrutura de deposição de rejeitos. Nesse caso específico, a maior parte dos trabalhadores que morreram no desastre da Samarco eram terceirizada, o que indica que os cuidados com monitoramento e com saúde e segurança dos trabalhadores eram inferiores. Ali tinha ficado muito claro que a dinâmica do *boom* que estava determinando o tipo de comportamento da mineradora. E eu só podia investigar isso a partir da rede. Para isso, era fundamental entender como estava se comportando, por exemplo, a rentabilidade da empresa. E, nesse caso, estava perfeita, a empresa estava sendo lucrativa; mas ela estava aumentando dramaticamente o seu endividamento. E ela aumenta o endividamento para fazer com que as operações cresçam. Ela está aumentando tanto a extração mineral quanto criando minerodutos e ampliando as instalações que vão fazer a concentração disso no porto de Vitória. O tempo todo a rede estava ‘me perseguindo’. Eu só consigo entender a dinâmica de expansão operacional se considero a rede como um todo. Porque não é um problema da mina, é um problema da mina que tem determinadas características de teor específicas, que diz respeito a determinadas soluções tecnológicas a serem implementadas, que vão derivar em um sistema de disposição de resíduos que é muito maior e mais arriscado. E nós estamos falando de um desastre que ocorreu e vitimou uma quantidade significativa de pessoas, mas podia ter vitimado muito mais gente. Eu estou pensando, por exemplo, que a barragem de Fundão possui um conteúdo aquoso comparativamente baixo. Era uma barragem muito argilosa. E com isso, a velocidade de deslocamento da lama é baixa quando a barragem se rompe. Se essa fosse uma barragem com conteúdo de água superior, estaríamos falando de um número de mortos ainda maior. Que é um pouco também o que ajuda a explicar o desastre em Brumadinho. Lá a dinâmica foi um pouco diferente, já superado o ciclo de preços, mas ali o problema fundamental tinha a ver com o conteúdo de minério de ferro nas minas que a Vale explorava nesse local. A explicação nesse caso não parte dos preços, mas das características físicas e do tempo que a Vale tinha explorado aquela reserva. Em minas em que você tem teor de minério mais baixo, em geral, observa-se uma margem de lucro bastante inferior. E isso significa que cuidados em termos de saúde e segurança do trabalho também vão ser reduzidos. Só que os preços também estão presentes. Agora se tem um cenário em que a curva está invertida, de modo que os preços tinham descido. Isso é chamado de *pós-boom*. E nesse contexto especificamente, a Vale estava sendo muito pressionada para reduzir custos, e aí os custos de trabalho são essenciais para entender isso, com vistas a remunerar melhor os acionistas. A Vale passou então uma série de dispositivos para ampliar a redistribuição de lucros para os acionistas. O que ela está fazendo é basicamente retirar recursos das suas atividades operacionais e transferir tais recursos para o

mercado de capitais. Temos aí uma dinâmica que é complexa, e essa é uma explicação muito sumária para isso, mas em que estamos conectando o tempo todo a materialidade, e é muito importante entender tecnologia e as características específicas do bem em questão. Eu não estou falando só de minério, eu estou falando de um minério específico, que é o ferro, que está sendo precificado em um mercado que é global, que a Vale e o governo brasileiro não controlam. Essas flutuações estão ocorrendo todo dia, eu estou o tempo todo olhando para gráficos de preço de minério de ferro. Ou seja, estamos falando de dinâmicas mercantis, tecnológicas e materiais fundamentalmente, e como tudo isso produz efeitos e se inter-relaciona com o comportamento concreto de agentes sociais. Pessoas tomaram decisões que estavam reduzindo, por exemplo, investimentos em saúde e segurança do trabalho. Pessoas tomaram decisões que mantiveram um refeitório de trabalhadores logo abaixo e ao lado da barragem, no caso de Brumadinho. Se aquele refeitório não estivesse ali, isso significaria um número de mortos muito menor do que se observou. É óbvio que eu estou chamando atenção para todas essas dinâmicas que podemos chamar de estruturais, mas tem um conjunto de relações sociais que estão operando em diferentes escalas. Parte do engenheiro e do técnico que estão operando a mina e tomando decisões a respeito de onde os operários vão comer, mas isso também está conectado ao mercado de capitais, que é global. Há acionistas da Vale que estavam dizendo o seguinte: ‘No ano de 2019, é fundamental que a Vale não distribua somente 25% dos seus lucros. Ela precisa redistribuir 30%, e isso significa cortar custos na mina.’

Quando se fala em responsabilidade, se tornou muito comum, no contexto dos dois desastres, que os agentes imediatamente relacionados ao episódio fossem responsabilizados. Então basicamente estamos falando de trabalhadores na operação, engenheiros e consultores de empresas como a Tüv Süd, que foi indiciada criminalmente. É óbvio que essas pessoas têm responsabilidade, mas as ações que essas pessoas estão realizando são conformadas no interior de organizações, isto é, agentes coletivos, e em ambientes institucionais mais amplos, que tanto permitem quanto restringem determinados cursos de comportamento. Ao mesmo tempo, tais ações, organizações e instituições estão conectados à redes muito mais abrangentes. Assim, a maneira como os acionistas se comportam e se eximem o tempo todo de responsabilidade é uma característica do modo como corporações transnacionais e normas relacionadas à governança corporativa se organizam no capitalismo contemporâneo. Os acionistas nunca perdem! Estou tentando chamar atenção para o seguinte: será que na prática essas decisões que estão sendo tomadas por trabalhadores, ignorando que os sensores que medem a estabilidade da barragem não estão funcionando, e não se recusando a assinar um laudo, por exemplo, estão isoladas de dinâmicas mais gerais? Porque é impressionante como outros atores nunca participam disso. E os fundos de pensão nacionais e internacionais na estrutura acionária e de controle da Vale, que estão reivindicando o aumento da sua rentabilidade neste momento? Onde estão as corporações financeiras, como a BlackRock, por exemplo, que gere um portfólio de U\$ 6 trilhões no mundo hoje? Esses investidores não têm responsabilidade? Utilizar uma abordagem teórico-metodológica centrada na noção de rede significa que a responsabilidade por um desastre desse tipo é distribuída em múltiplas escalas. Há indivíduos, organizações e instituições que produzem uma lógica de ação que “empurra”, em certa medida, as pessoas a tomarem decisões que vão produzir efeitos positivos para alguns atores e muito negativos para outros. E sabemos quem

suporta esses impactos predominantemente. Quando o Luiz Jardim, da UFF, fez a análise sobre a composição étnico-racial dos atingidos pela barragem de Fundão, ficou muito claro para nós a presença de uma gradação de cor, em que as populações atingidas eram tipicamente pretas (negros e pardos), o que contrasta bastante com a composição étnico-racial dos diretores da empresa, dos funcionários de alto escalão, e, principalmente, dos investidores. Olhar para isso em termos de rede significa perceber as duas pontas, não apenas os afetados. E eu acho que boa parte dos grupos de pesquisa no Brasil se concentram nesse perfil. Diferentemente, eu estou muito interessado em olhar para o que está acontecendo nos bastidores da corporação.

**Revista Habitus:** *Existe algum caso onde ocorreu algum desastre, e estamos pensando na Volkswagen e naquela venda de carros, em que os acionistas foram responsabilizados também?*

**Rodrigo Santos:** Eu não sei dizer exatamente os efeitos concretos como, por exemplo, privação de liberdade, eu não conheço nenhum. Pagamento de multa certamente existe. Tem um caso interessante para ser pensado. A BHP Billiton passou por um processo similar em Papua Nova Guiné, na virada dos anos 1990 para os anos 2000. A empresa havia explorado essa mina e os resíduos, ao invés de serem colocados em barragem, foram colocados nessa mina que tinha sido esgotada. Eles fizeram um processo de selagem no fundo da mina e depositaram os rejeitos de barragem que, nesse caso, eram bastante tóxicos. Quando a mineração possui algum conteúdo de enxofre, isso gera o risco de drenagem ácida de mina, que é uma mudança no PH da água, significando que essa água se torna completamente imprópria para consumo, entre outros problemas. Essa mina em Papua Nova Guiné foi afetada por um terremoto, e a selagem se desprende do fundo da mina, de modo que todo o rejeito foi despejado nos rios Ok Tedi e Fly, um dos quais foi declarado biologicamente morto pela ONU depois de uma missão realizada no local. Isso apresenta uma série de problemas para uma população predominantemente aborígene e aí a BHP Billiton foi processada, inclusive internacionalmente, sendo responsabilizada do ponto de vista judicial. A empresa encontrou uma maneira de se livrar do pagamento das multas e da necessidade de mitigar os impactos. Primeiro ela realizou uma operação de descruzamento, separando os ativos bons dos ruins da empresa. Os ativos bons ela deslocou para outro país por meio da constituição de uma nova pessoa jurídica, e os ativos ruins ela doou para o Estado de Papua Nova Guiné. A BHP Billiton saiu de Papua Nova Guiné sem pagar nem um centavo, depois de “matar” um rio. E eu não acho que isso seja algo que está muito longe da nossa realidade. A Samarco e Vale estão sofrendo processos judiciais. Embora eu não investigue exatamente essa dimensão, no caso da Samarco, por exemplo, o acordo, o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), um acordo extra-judicial, criou a possibilidade de uma fundação que é basicamente controlada pelas empresas, por Samarco, Vale e BHP Billiton para gerir e mitigar os próprios impactos. O que isso faz? O que acontece se eu crio uma fundação? Digamos que eu tenha cometido um crime ambiental, o que acontece é que eu institucionalizei a gestão do desastre. Digamos que eu tenha que pagar um valor, U\$ 1 bilhão por exemplo: quando eu controlo o desembolso desses recursos, eu tenho como organizar a maneira como isso afeta, por exemplo, o meu fluxo de caixa. Ao fazer isso, é possível vincular todos os dispêndios monetários com ações da empresa e fazer isso se assemelhar à responsabilidade social

corporativa. Na prática, a companhia acaba investindo na sua própria imagem. A Fundação Renova é uma instituição completamente inovadora para os padrões brasileiros e que retira o componente de punibilidade que estava embutido no início do processo. É conferido o direito às próprias empresas que são responsáveis pelo desastre de gerenciar as condições por meio das quais elas vão lidar com os impactos materiais e simbólicos provocados. Isso é completamente diferente de tudo que nós já tínhamos visto. Estou dando dois exemplos e os dois envolvem a BHP Billiton, mas na prática é muito difícil observar responsabilização nesse nível. Quanto mais alto subimos nas escalas da rede, mais difícil ficam os processos de responsabilização. Na Vale, logo depois do primeiro desastre, os acionistas que detinham *American Depository Receipts* (ADRs) na bolsa de Nova York iniciaram ações judiciais. ADRs são um tipo de ação por meio do qual uma corporação estrangeira pode transacionar ações na bolsa de Nova York, não tendo, no entanto, equivalência às ações de empresas norte-americanas. Como os investidores da bolsa tomam decisões? Com base nas informações que empresas como a Vale oferecem e que são obrigatórias, por meio da submissão anual de um relatório chamado 20F. Documentos desse tipo possuem, em média, 300 páginas e informam que as operações têm selo de segurança, são sustentáveis e uma série de outras informações. Esses acionistas começam a realizar, depois do desastre, ações judiciais coletivas para responsabilizar a Vale e alguns de seus diretores sob o argumento de que empresa teria oferecido informação falsa. Isso tinha um potencial de responsabilização, mas repare bem: são acionistas responsabilizando diretores executivos, que são pessoas extremamente bem remuneradas. Quando o Roger Agnelli sai da Vale, ele funda sua própria mineradora. Ele não é o capitalista, no sentido de dono dos meios de produção, mas quando ele deixou de ser um funcionário da Vale, ele se tornou um. Reparem bem: são acionistas, os donos dos meios de produção contemporaneamente, processando diretores e a própria empresa, porque eles nunca podem perder. Estão tentando ressarcir os prejuízos que eles tiveram em termos de perda de valor das ações, mas eles nunca podem perder, pois não são responsáveis. Eles são só pessoas de boa fé que acreditam nas informações relatadas pelas empresas e que sistematicamente ignoram o que os movimentos sociais estão falando sobre isso, já que existe uma Articulação Internacional das Atingidas e Atingidos pela Vale (AIAAV) que intervém anualmente na assembleia ordinária dos acionistas da Vale há cerca de 10 anos e os informa que as operações da Vale não são seguras. Assim como lá em Londres existe uma rede fazendo a mesma coisa para a Rio Tinto, para a BHP na Austrália, etc. Mas sistematicamente os acionistas afirmam não conhecer nada a respeito dessas coisas e sustentam que, na prática, eles não podem ser responsabilizados porque estão tão longe, são “proprietários ausentes”, um problema que vem do capitalismo monopolista no final do século XIX, mas que continuamos a repor continuamente.

**Revista Habitus:** *Neste artigo do senhor com o professor José Ricardo, vocês abordam o tema das redes globais de produção. Gostaríamos de saber um pouco mais sobre esse trabalho e como que você enxerga outras conexões possíveis entre a sociologia econômica e outras áreas para além da sociologia do trabalho.*

**Rodrigo Santos:** Esse trabalho especificamente tem a ver com uma dinâmica que a literatura especializada em cadeias de valor e redes globais de produção estava enfrentando. É de certa

forma uma crítica, pois o modelo é muito bonito, parece que resolve todos os problemas, mas quando partimos para sua aplicação em pesquisas empíricas, ele é demasiadamente vinculado à indústria – o de rede globais de produção, em particular, a indústrias de bens de consumo. Apesar de ser um modelo abrangente, ele organiza a rede em torno da firma, do agente econômico, ainda que considere os agentes sociais – movimentos sociais, movimentos ambientais, sindicatos, trabalhadores. Dessa forma, muitos trabalhos produzidos sob sua inspiração tratam tais agentes genericamente. O modelo aborda isso tudo, mas na prática, quando observávamos, ele se concentrava nas relações de valor e de poder entre a empresa que coordena a rede e outras empresas, fornecedores em particular. Dificilmente ele tocava em áreas que para a sociologia são mais habituais. A literatura sobre redes globais de produção em particular, ao longo dos anos 2000, não fala de trabalhador, a não ser como fator de produção. O trabalhador entra no modelo como um problema que precisa ser gerido pela firma e não como um ator que modela a própria rede, e esse era um problema grave. Quando escrevemos esse artigo, não tínhamos a pretensão de resolver esse problema, mas observamos que existe uma nova literatura, ainda dentro dessa abordagem, mas que é crítica aos trabalhos precursores e que está fazendo um levantamento disso. Do nosso ponto de vista, o que estávamos tentando fazer é tornar também essa literatura mais atraente e fazê-la dialogar melhor com a sociologia, porque há alguns questionamos sobre sua origem, alheia à sociologia. Toda vez que estou participando de uma palestra, as pessoas me perguntam se sou engenheiro, economista, etc., e quase nunca se sou sociólogo. Porque em determinadas situações parece mesmo que eu não estou falando de sociologia. Mas, do meu ponto de vista, é uma sociologia um pouco diferente, aberta para um diálogo transdisciplinar. Mas eu venho da sociologia do trabalho e colaborei com um dos principais especialistas nesse campo para a redação desse artigo. Então sua intenção era conectar um tema clássico dos estudos da sociologia brasileira e mostrar que isso que estamos fazendo é sociologia, a partir de uma revisão de literatura sobre esses trabalhos mais críticos, que vêm fazendo um esforço genuíno para pensar os trabalhadores não mais como um fator de produção, mas como um agente que é constitutivo da própria rede, que vai moldar os resultados das empresas, por exemplo. Falei sobre os exemplos na mineração, mas podemos multiplicar os exemplos para a indústria automobilística.

Vejamos, por exemplo, quando a Volkswagen e a Peugeot-Citroën decidem se instalar no Rio de Janeiro. O grupo de pesquisa Desenvolvimento, Trabalho e Ambiente (DTA) coordenado por José Ricardo Ramalho, fez entrevistas com gerentes de recursos humanos (RH), por exemplo, das duas empresas, e esses gerentes listaram explicitamente os motivos pelos quais escolheram o Rio de Janeiro (Resende e Porto Real) especificamente. Dentre eles a Rodovia Presidente Dutra, permitindo fácil acesso ao principal mercado consumidor brasileiro, mas também ao Mercosul através do porto do Rio de Janeiro. Existe uma quantidade enorme de razões que são tipicamente econômicas. Mas eles falam outras coisas bem interessantes, em como essa é uma região com mão-de-obra muito escolarizada e que não tem tradição sindical, por exemplo. O sindicato mais próximo estava em Volta Redonda, vinculado à CSN, uma indústria siderúrgica. Eles decidem não contratar trabalhadores com experiência sindical, e depois ficou claro em pesquisa que procuravam um perfil específico de mão-de-obra: predominantemente jovens em busca do primeiro emprego, que seriam treinados inicialmente pelo SENAI. Era fundamental

não contratar ex-metalúrgicos da CSN, pois eram pessoas com experiência sindical, ou seja, não havia nem sindicato e nem trabalhador sindicalizado. Essa era a aposta. Há um momento em que o gerente de RH da Peugeot-Citroën diz que havia ainda outra coisa, que o sindicato da região era vinculado à Força Sindical. Ele diferencia as centrais sindicais, dando a entender que algumas delas seriam menos propensas ao confronto sindical. Mas uma coisa essas empresas não esperavam: o sindicato está longe, mas ele chega. O sindicato, apesar das características apontadas, aprendeu rapidamente a como se comportar com as montadoras. Ele criou uma subsele em Resende e por volta de 3 anos após a instalação da Volkswagen, o sindicato faz a primeira greve. Eles aprenderam uma outra coisa interessante, que a maneira como a fábrica de caminhões e ônibus se organizava era absolutamente inovadora no Brasil, o chamado consórcio modular, o que significava que a Volkswagen (atualmente MAN) não monta esses produtos, cuidando apenas da gestão de marca e da comercialização do veículo, e deixando que as parceiras façam a montagem. Então a maior parte dos trabalhadores não é Volkswagen, é de uma outra empresa. Esse mesmo sindicato que não tinha experiência no setor aprendeu que não precisava mais pagar 3.000 trabalhadores, que bastava pagar 200 em uma das prestadoras e isso parava a linha de produção como um todo, fazendo com que a Gerência de RH e a Presidência da Volkswagen do Brasil tivessem que falar pessoalmente com o Presidente da Força Sindical para lidar com essa greve. Alguns dos trabalhos do José Ricardo Ramalho analisam essa trajetória relacional de aprendizado e resistência sindical. Tudo aquilo que era inesperado, na verdade aconteceu. Se tomo esse exemplo de trabalhador que possui menos possibilidades de produzir um efeito concreto no comportamento da firma e ainda assim ele o faz, tem alguma coisa relevante em olhar para o trabalho não apenas como um fator de produção, e sim como um agente que conforma a rede de produção na qual se insere. O trabalhador tem agência e é preciso compreender essa agência na composição da rede como um todo. Eu não parto da premissa de que os trabalhadores são os agentes mais poderosos, em alguns contextos empíricos pode ser que eles sejam, mas é fundamental considerá-los com parte constitutiva da rede, sendo capazes de mudar a natureza da rede e era isso que nós estávamos argumentando, nesse momento, de um ponto de vista mais teórico. Mas eu acho que vários trabalhos do grupo DTA e do José Ricardo tentam reforçar essa ideia.

Essa é uma conexão óbvia com a sociologia do trabalho, mas eu penso também, particularmente, em conexões com a sociologia rural, por exemplo. Tem muitos trabalhos interessantes, um, em especial, da Grace Carswell e de Geert De Neve – ambos da Universidade de Sussex (UK), que tematiza o papel singular de trabalhadoras mulheres de origem rural no setor têxtil na Índia e como que essas trabalhadoras que se incorporam de maneira adversa no mundo do trabalho assalariado – elas recebem salários inferiores, estão sujeitas a formas de preconceito específicas, são alocadas nas piores etapas do processo de trabalho dessa indústria. No entanto, essas trabalhadoras estão mobilizando, ao mesmo tempo, essa condição adversa no processo de trabalho diante de relações de opressão sexista no ambiente familiar, se contrapondo a seus pais, particularmente. Assim, em regimes de opressão familiar e patriarcal, como o desse exemplo, essas formas de incorporação em rede que são adversas, embora muito negativas de uma perspectiva, de outro lado permitem níveis de independência que essas trabalhadoras não teriam atuando no trabalho agrícola, por exemplo, que é sua origem. Então

há conexões muito importantes acerca da transição rural-urbano e dos modos por meio dos quais grupos tradicionalmente desempoderados conseguem atingir níveis superiores de independência. Eu acho fundamental ajustar o olhar sociológico para os agentes sociais. As investigações inspiradas nesse tipo de perspectiva estão se tornando cada vez mais interessantes, observando trabalho infantil e o trabalho escravo moderno nesses processos. Isso obviamente não é trabalho realizador, de modo que as perspectivas positivas nesse tipo de capitalismo são baixíssimas, mas essas pessoas não estão parados dentro de redes, não são passivas de maneira alguma, elas contribuem para a maneira como a rede se desenvolve. A questão é que ainda é muito difícil avaliar isso, mas é uma tarefa fundamental. Eu tradicionalmente sou uma pessoa com um olhar muito estruturalista para esse tipo de questão, mas não podemos ignorar a maneira como os agentes sociais operam. Do ponto de vista das relações sociais mais concretas, eles estão atuando, sendo muito importantes para entendermos dinâmicas econômicas. E partir disso é possível fazer uma conexão com boa parte das subáreas da sociologia, desde a sociologia dos movimentos sociais, da ação coletiva, a sociologia rural, a sociologia do trabalho, podemos pensar em muitas áreas que se beneficiariam de uma conexão desse tipo. Eu não olho predominantemente ou prioritariamente só a agência, de modo que minha leitura da ferramenta rede é tipicamente estrutural, procura reconstruir conexões em diferentes escalas, mas não vou deixar de olhar para essa dimensão, que também é constitutiva.

**Revista Habitus:** *Tem até uma parte que o senhor cita resiliência, retrabalho e resistência, então está bem compreensível que essa dimensão está bem iluminada.*

**Rodrigo Santos:** Esses termos vêm exatamente do texto dos autores que mencionei acima, Carswell e De Neve. O nome do trabalho é “Labouring for global markets: conceptualising labour agency in global production networks”, publicado na *Geoforum*, v. 44 (2013).

**Revista Habitus:** *As suas pesquisas se desenvolvem pela sociologia econômica tanto no eixo industrial quanto ambiental. Como o senhor percebe essas articulações mais recentes entre esses dois campos?*

**Rodrigo Santos:** Bom, a nossa própria trajetória acadêmica é especializada. Mas vocês vão se deparar ou já devem estar se deparando com isso, isto é, quando você está se dedicando a uma subárea, é comum perceber que, ao se submeter a uma prova ou exame, a sua subárea tende a desaparecer. Você precisa dominar teoria. Eu sempre tive muita clareza disso. Até pelo tamanho das ciências sociais no Brasil, não podemos nos dar ao luxo de nos especializar excessivamente em alguma coisa e ignorar todo o resto. Faz parte do nosso próprio crescimento como pesquisadores, como intelectuais, também compreender a maneira como o campo se organiza de modo mais geral, entender quais são os debates que estão acontecendo em outras subáreas e, para mim, sempre foi muito importante desenvolver a minha trajetória acadêmica de modo mais combinado. Ao mesmo tempo que eu estava fazendo um investimento em especialização e o doutorado é o ápice disso; de outro lado eu estava tentando entender como o debate teórico na disciplina estava se dando, quais eram os principais desenvolvimentos em outras subáreas que

eram correlatas a minha, etc. Então era isso que eu estava tentando buscar. Isso produziu um determinado efeito, costume me ver um pouco como um coringa, jogando em diferentes posições, e isso é bom por um lado. Mas também é muito cansativo. Às vezes parece que eu faço sociologia ambiental, que faço sociologia do trabalho, sociologia do desenvolvimento, sociologia econômica e, de vez em quando, eu vou discutir também antropologia do desenvolvimento e economia política. Confesso que cheguei em um momento que preciso fechar um pouquinho de novo e eu estou reduzindo um pouco a minha atividade em relação à temática ambiental, que tem gente muito competente investigando. Mas hoje enxergo esses temas – ambiente, trabalho, etc. – todos como dentro da sociologia econômica. Foi a maneira que consegui me sentir mais confortável. Eu continuo trabalhando com esses temas e os desastres de mineração tornaram imperativo que eu continuasse atuando, mas a maneira como tendo a enxergá-los mudou: não precisamos sair da nossa área de conhecimento, mas precisamos fazer pontes o tempo todo. Passei a enxergar o tema ambiental à luz dos recortes empíricos com os quais eu estou trabalhando, isto é, como um elemento absolutamente decisivo do comportamento empresarial. Então, para que eu trabalhe com esse tema hoje, eu preciso olhar desse prisma. Como o discurso da sustentabilidade se tornou um elemento central tanto do discurso quanto das práticas empresariais... Porque não é uma questão de cinismo, quando observo uma empresa gigantesca como a Vale ou como a Volkswagen, por exemplo, e a Mayra Pinheiro tinha mencionado o escândalo das emissões da Volkswagen, isto não é simplesmente a internalização de formas de regulação que estavam fora da empresa. Uma parte substancial dos dirigentes empresariais incorporaram isso, de modo que essas empresas estão desenvolvendo áreas inteiras de sustentabilidade, contratando profissionais especializados, pessoas que estão trabalhando cotidianamente com as mudanças das práticas dentro da empresa. Ou seja, tem um componente de realidade naquilo. Não é *greenwash*, pura e simplesmente. Existe *greenwash*, isso é óbvio, mas não é puramente isso. E o nosso dilema é como compreender o problema da sustentabilidade na prática empresarial sem que isso se torne uma análise maniqueísta. Porque partir da ideia de que todos esses agentes sociais são canalhas e estão fazendo isso só para obter certificações do tipo ISO e poder operar livremente raramente produz boa sociologia. E não há qualquer base empírica que sustente que, na verdade, essas são pessoas ruins, que saem todos os dias de casa querendo destruir o ambiente. É difícil sustentar isso, embora vejamos muitos trabalhos acadêmicos que sustentam esse tipo de discurso. Por outro lado, eu também não posso partir da premissa ingênua de que esses departamentos de sustentabilidade conseguem modificar completamente, ou mesmo substancialmente, práticas empresariais consolidadas.

E aí é muito interessante pensar comparativamente, observando os investimentos em sustentabilidade de mineradoras, siderúrgicas, empresas petrolíferas, etc. em um momento no qual os preços estavam muito elevados e, logo em seguida, observar esses mesmos investimentos no momento em que os preços estão baixos. As dinâmicas se alteram completamente, o tamanho dos departamentos se modifica, a liberdade que esses profissionais têm para atuar, por exemplo, no sentido de reivindicar recursos da empresa, é completamente diferente quando observamos cenários econômicos diversos. Então, do meu ponto de vista, o ambiente não pode ser tratado como uma bolha moral”, uma espécie de pauta que vai nos unificar. É possível internalizar preocupações ambientais e agir ambientalmente de maneiras

muito diferentes. Não é como se existisse um interesse ambiental que está desconectado e oposto de interesses econômicos. Na verdade, em alguns momentos esses interesses se combinam e produzem tanto maior lucratividade quanto melhores forem condições de legitimidade pública de uma determinada empresa e, em outros momentos, tais interesses podem ser conflitantes. O problema é fazermos uma sociologia que moralize esse tipo de comportamento, o que eu reputo como o pior cenário possível. Os agentes são complexos, não sendo nem maus nem bons *a priori*, e devemos ser capazes de ajustar as nossas lentes para lidar com a diversidade e a complexidade da sua ação, sem esquecer que ela é, invariavelmente, mediada por estruturas que estão muito além deles.

**Revista Habitus:** *O senhor estava falando anteriormente sobre a área ambiental e a área industrial e atualmente temos percebido que ambas as áreas têm sofrido modificações de cunho político. Gostaríamos de saber como você percebe o impacto dessas crises e como elas têm sido recebidas pelo campo científico.*

**Rodrigo Santos:** Essa é uma questão difícil de responder, talvez eu não esteja abordando esses temas nesse nível, considerando como objetos de pesquisa seja o ambiente, seja a indústria. É inegável que do ponto de vista mais geral, estou comprometido com a atividade industrial ao longo de toda a carreira. Eu estudei indústria automobilística no mestrado, siderurgia no doutorado e, desde então, eu estudo mineração. Na verdade, eu estou seguindo uma mesma cadeia ou rede desde sempre, tentando observar cerca de 20% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Tem uma conexão com a minha formação, que eu já falei que é bem marxiana de origem, e eu sempre estive muito preocupado em tentar entender problemas de desmaterialização da economia. Do meu ponto de vista, essa perspectiva estava, na verdade, muito mais próxima da ficção do que qualquer outra coisa, porque mesmo que estivéssemos observando, por exemplo, um processo de desindustrialização ou de terciarização da economia desde os anos 1970, esse é um processo muito mais contábil do que real. Assim, empresas de transporte de produtos industriais, estou pensando nos transportadores de bobinas da CSN em Volta Redonda, que vão vender essas bobinas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Os caminhões utilizados por essas transportadoras, até os anos 1970, eram propriedade da CSN. O que faz com que esse setor, o transporte, seja considerado serviço e não produção? É um problema de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). De um ponto de vista contábil, faz sentido pensar nisso como terciário. Mas como a produção se realiza se não tiver um sistema de transporte, se não existir um sistema transoceânico que vai levar minério de ferro até a China? É óbvio que importa se o navio é da Vale ou não é da Vale, se tem um armador que está lidando com isso, mas do ponto de vista do papel da indústria para a conformação da sociedade, essa centralidade nunca se perdeu. Se eu penso em termos ainda mais amplos, em termos de trabalho, por exemplo. O trabalho continua organizando a experiência humana, pelo menos para a maior parte de nós, isto é, não estamos trabalhando menos. Bom, eu que sou um privilegiado certamente trabalho muito e consigo apenas imaginar como está a vida de alguém que acorda às 4h da manhã para pegar um ônibus na Baixada Fluminense e chegar à Zona Sul do Rio de Janeiro por volta de 9h30, talvez 10h, e fazer o caminho inverso, passando 4h, 5h, 6h por dia no transporte público. Essas pessoas não estão trabalhando menos, o trabalho não deixa

de ser constitutivo da sua experiência, embora outros elementos da nossa vida tenham se tornado também elementos muito importantes dessa experiência. A indústria, o trabalho e o ambiente continuam a ser questões políticas fundamentais no nosso período, do momento que vivemos. Eu dificilmente as considero numa perspectiva tão abrangente e estou sempre tentando pensar um pouco em termos de pesquisa empírica. Mas, de modo geral, os desafios para esses temas só se intensificaram. Nos acostumamos a pensar que para alguns desses desafios, em particular o ambiente, estávamos bem cobertos, do ponto de vista da legislação, por exemplo. Mas a prática social no Brasil sempre foi muito diferente da maneira por meio da qual a proteção à natureza estava regida. Nunca deixamos de ter níveis dramaticamente altos de queimadas na Amazônia, por exemplo. Estávamos falando de desastres de barragem agora, mas se eu considero os casos de desastres de mineração que não foram cobertos intensivamente pela mídia, eles são extremamente recorrentes, com casos fatais – 5, 3, 7 pessoas vindo à óbito. A contaminação hídrica é um problema constitutivo das cidades e está se tornando cada vez mais importante quando avançamos para estudos sobre cidades médias, em particular vinculadas ao agronegócio. Mesmo quando a proteção legislativa do ambiente estava plenamente consolidada, digamos que tenhamos atingido isso por volta de 2002, 2003 e, posteriormente, já nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), houve vários ataques, do ponto de vista prático, à maneira como essa legislação estava organizada, tanto que observamos processos como o de unificação do licenciamento ambiental na prática, com licenças de instalação sendo concedidas junto às licenças de operação – coisas que já estavam ocorrendo – e, posteriormente, pavimentaram a flexibilização da legislação ambiental. Na verdade, os dilemas que vivíamos antes estão só sendo intensificados.

E aí eu colocaria uma pitada nessa discussão, saindo novamente da sociologia. É preciso colocar um pouco de economia política aí dentro e, principalmente, ecologia política, para tentar entender o problema do ambiente. Não estamos falando de qualquer país, estamos falando do país que detém a maior reserva ambiental relativamente intocada do mundo, estamos falando de uma periferia extrativa no momento em que a dimensão extrativa do capitalismo está assumindo um papel absolutamente preponderante, em particular por conta da demanda chinesa. Existe um elemento fundamental que é o ingresso da China no capitalismo, de modo que o professor Francisco de Oliveira costumava afirmar que a mão-de-obra global tinha aumentado em 1,2 bilhão por volta da virada para os anos 2000. Estou pensando em algo similar quando consideramos os bens naturais. Temos uma pressão absolutamente dramática pela expansão de áreas cultivadas, em particular para *commodities* agrícolas como soja, mas também para a produção de proteína animal, e é por isso que as escalas operacionais da atividade industrial estão completamente combinadas com o problema ambiental. Não estamos falando mais de granja produzindo frango, estamos falando de complexos agro-industriais entre os maiores do mundo, que se combinam com uma produção instalada em regiões que são caracterizadas por níveis sócio-econômicos dos mais baixos. Então temos frigoríficos instalados em Açailândia, por exemplo, que praticam o abate halal para o mercado árabe, o que significa uma série de procedimentos informados religiosamente no processo de trabalho. O trabalho da Ana Paula Perrota, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), em Três Rios, versa sobre isso. Estamos falando de um mundo econômico que se combina o tempo todo com

religiosidade e com moralidade, e que, ao mesmo tempo, produz uma pressão ambiental que dificilmente conseguimos comparar com períodos prévios da história humana, isto é, que possuem uma escala muito superior ao que já vimos. Se abre uma mina, é a maior mina de minério de ferro da história humana, a S11D. Estamos falando de uma escala operacional que se tornou dramática e que produz uma pressão que dificilmente é reversível nesse momento, em particular quando consideramos problemas relacionados à mudança climática. Então essas são duas questões que estão absolutamente imbricadas. Do ponto de vista dos desafios políticos que estão colocados para essa agenda, estamos extremamente mal preparados, porque, na verdade, continuamos operando em uma lógica fundamentalmente disciplinar. Eu mesmo tenho muita dificuldade em lidar com essas questões, porque operamos sempre a partir de um modo de pensar segmentado e isso certamente não vai funcionar. Eu sou totalmente contrário a abordagens catastrofistas, mas mesmo não pensando exatamente em uma derrocada inevitável da humanidade – Nobeert Elias certamente não concordaria com uma perspectiva desse tipo – a escala dos conflitos relacionados à disputa por bens naturais é algo absolutamente impressionante, em particular nesses três continentes, na Ásia, na África – e eu acho que a África é o sítio de luta mais importante hoje para entendermos o modo como essas periferias extrativas estão se organizando, e porque é mais próxima de mim, a América Latina. Estamos muito mal preparados para lidar com isso, mas esse é um indício importante de que ambiente e indústria não saíram de moda, eles são constitutivos inclusive das formas de ação coletiva que estamos observando hoje.

**Revista Habitus:** *A próxima pergunta é mais em termos de trajetória pessoal, queríamos saber a respeito da sua experiência como coordenador do programa de pós-graduação, principalmente nesse contexto de contingenciamento.*

**Rodrigo Santos:** Ter sido sugerido para assumir o cargo de coordenador da pós-graduação foi algo inesperado. Sabemos que os pesquisadores que estão ingressando na universidade em geral estão sendo alocados para essas tarefas institucionais, que são desafiadoras mesmo, ainda mais quando você tem pouca experiência para fazer isso. Mas a pós-graduação talvez seja um desafio extra, ainda mais aqui no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), porque ela é um programa muito bem avaliado no sistema de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Eu não estava muito preparado para isso e não tive muita experiência institucional antes. Estou fazendo nove anos de universidade esse ano como professor. Entrei em 2011. Quando estive no Serviço Social, na UFJF, não podia assumir cargos de chefia, reservados aos assistentes sociais. Na UFF, fiquei pouco tempo, de modo que também não assumi nenhum tipo de cargo dessa natureza. Então, essa é a primeira vez que eu estou assumindo um cargo desse tipo. A coordenação da pós-graduação implica uma carga de trabalho burocrática com a qual eu não estava acostumado e um conjunto de relações dentro do IFCS e do Programa – mas também fora desses espaços, na área como um todo –, que também são uma certa novidade para mim. Isso tudo conectado a um cenário que é, também, bastante recente. A pós-graduação já passou por cortes, do ponto de vista dos recursos, sendo os mais drásticos há três, quatro anos atrás. Então, do ponto de vista dos recursos, a trajetória tem sido constante

nos três últimos anos. O que é absolutamente novo é a maneira como as regras estão mudando o tempo todo, aí dois desafios são fundamentais.

Em primeiro lugar, a relação da pós-graduação da área de sociologia e do PPGSA com as agências financiadoras. O tempo todo estamos nos deparando com notícias e posicionamentos de altos funcionários da CAPES e do CNPq que são contraditórios entre si. Em determinado momento, os recursos para bolsas de pesquisa estão sendo cortados ou contingenciados e, em um momento posterior, esses recursos estão sendo retomados para programas com determinados níveis de avaliação. A despeito disso, o PPGSA, e isso é bom afirmar, não teve nenhum recurso cortado até agora. Então, efetivamente, não tivemos nenhum corte que afetasse o PPGSA, mas o efeito que as ameaças e as decisões de corte e a reversão dessas decisões produzem sobre os corpos docente e discente é absolutamente deletério. As pessoas estão parando de planejar a sua vida e o seu processo de formação profissional, em razão da desconfiança em relação à intenção do Governo Federal de oferecer as condições necessária para a formação de alto nível de cientistas na nossa área hoje. E isso se expressa muito claramente na procura pelos nossos processos seletivos de mestrado e doutorado desse ano, que foi inferior ao habitual. É facilmente observável que as pessoas estão extremamente desestimuladas. Aquelas que já estão na pós-graduação estão considerando outros caminhos e isso está afetando, certamente, a saúde mental delas. É difícil mobilizar dados recentes sobre isso, mas a dinâmica cotidiana da relação com os alunos e com os próprios colegas se tornou muito mais desafiadora a partir do início de 2018. Ou seja, eu não estou falando de perdas objetivas, mas do efeito subjetivo na maneira como os alunos estão projetando suas próprias carreiras. O modo como eles investem nas suas pesquisas de dissertação e de tese se modificou dramaticamente e esses efeitos ainda não podem ser medidos. É provável que isso se aprofunde ainda mais. O outro problema importante é o modo como, em particular, a CAPES está acelerando mudanças no processo de avaliação da área. Vocês devem saber que a avaliação de cada área é realizada por um sistema de pares. Todas as pós-graduações elegem uma coordenação de área, que é composta por três membros. Na nossa área, nós temos 52 programas de pós-graduação e essa coordenação de área realiza a avaliação desses 52 programas no espaço de quatro anos, que é o chamado quadriênio (2017, 2018, 2019 e 2020). Já passamos do primeiro momento dessa avaliação.

Dois elementos dessa avaliação são muito importantes. O primeiro é a ficha de avaliação, que informa os critérios por meio dos quais nós vamos ser avaliados. Então, tradicionalmente, a ficha de avaliação e os critérios dela são definidos pela coordenação de área do quadriênio anterior. A professora Maria Celi Scalon, do PPGSA/UFRJ, era a coordenadora de área do quadriênio 2013, 2014, 2015 e 2016, e, ao final da sua gestão, ela elaborou, com a sua equipe, uma ficha de avaliação, de modo que as pós-graduações da nossa área se planejaram com base nesses critérios, iniciando sua preparação interna. Então, se a produção docente vai valer x, assumimos essa característica como algo importante e temos que direcionar determinados esforços para isso. O problema é que essa avaliação está sendo modificada. Existe uma ficha de avaliação nova, e, em certo sentido, a adoção dela está sendo exigida pela CAPES. Temos alguma margem para a modificação dessa ficha, mas seus critérios mais gerais estavam dados desde o início, e isso é algo absolutamente inédito. Então, todo o planejamento que foi

feito com base na ficha passada precisa ser revisto à luz da nova ficha, e o Seminário de Meio-Termo da Área de Sociologia, promovido pela CAPES, realizado em Brasília em agosto, serviu para isso. Essa é a primeira vez... Bom, eu não tenho a memória das gestões anteriores, mas as pessoas que trazem essa memória e o trabalho acadêmico que foi feito sobre essa avaliação nos informam que essa é uma situação inédita. Essa mudança nunca ocorreu no meio do quadriênio e isso implica desafios e problemas efetivamente, como se estivéssemos trocando o pneu com o carro em movimento. Esse é um problema sério. A outra dimensão é a mudança do Qualis Periódicos. Vocês fazem parte do conselho editorial da *Habitus*, sabem o que aconteceu. Tradicionalmente, também ao fim do quadriênio, se estabelece um Qualis dos periódicos da área, que são o principal mecanismo de divulgação científica no Brasil hoje. O Qualis Periódicos se tornou a principal maneira de medir a nossa produtividade científica. E estávamos acostumados com determinado sistema, baseado, fundamentalmente, em uma avaliação da própria área – a sociologia decidia quais eram os periódicos de qualidade, a antropologia fazia a mesma coisa, a ciência política a mesma coisa. E duas coisas mudaram aí. A primeira é uma mudança na forma como as áreas fazem essa definição. Antes cada área definia um Qualis, ou uma nota, para a revista – e aí tínhamos situações como uma mesma revista com Qualis diferentes. A *Habitus*, por exemplo, era classificada de uma forma na sociologia, outra na antropologia, etc., e os pesquisadores precisavam fazer essas contas. A CAPES unificou isso através de um procedimento de definição da chamada área-mãe, que passou a determinar a avaliação do periódico em todas as áreas. Então, cada revista agora passou a ter um único Qualis. O problema fundamental é que a CAPES estava impulsionando também a adoção de métricas muito “duras” de fator de impacto – Scopus, Web of Science, por exemplo. E isso significa que a nossa área, como um todo, seria afetada de maneira extremamente negativa, porque a maior parte das nossas revistas não possui fator de impacto, o que se deve a diferentes fatores.

Um que é importante lembrar é que a maneira como comunicamos ciência, a maneira como a sociologia, antropologia e ciência política produzem impacto, é completamente diferente de áreas como a biologia, por exemplo. Então, se você tem conhecimento tipicamente cumulativo e que é pouco disputado – eu posso estar dando exemplos bobos e de alguém que claramente desconhece isso, que é efetivamente o caso –, mas se você descobre uma determinada propriedade da combinação de dois elementos químicos, por exemplo, e isso fica registrado em um *paper*, praticamente todo mundo que trabalha com aquele problema ou com problemas similares vai citar esse artigo e isso ocorre, fundamentalmente, logo depois que ele é publicado. Então, o fator de impacto da Web of Science, por exemplo, que considera os últimos dois anos, vai ser muito alto para um artigo desse tipo. No nosso caso, trabalhamos com teorias, metodologias, maneiras de abordar objetos, etc. que são completamente diferentes e várias vezes estamos recuperando ideias que foram publicadas há dez, vinte, trinta anos atrás. Embora eu tenha acordo que é fundamental que façamos revisão de literatura sistemática, que observe como o campo está se comportando nos últimos anos, dois anos não é um período de tempo adequado para medir o impacto de publicações nas ciências sociais, de maneira geral. Então, outras métricas de fator de impacto passaram a ser adotadas, por exemplo, a proposta do GT do Qualis Provisório da Sociologia incorporava o h5 do Google. Mas isso me parece ser uma

tendência consolidada, de modo que é muito difícil que seja possível voltar atrás e sustentar uma maneira de avaliar as nossas próprias revistas que dependa exclusivamente da maneira como vemos o campo. Em alguma medida, a interdisciplinaridade veio para ficar e precisamos, também, demonstrar o impacto do nosso conhecimento por meio de citações. Se o fator de impacto precisa ser discutido, acho positiva a incorporação de alguma métrica que oriente, progressivamente, o nosso comportamento de publicação e de editoração científica para dialogar com outras áreas e com outras línguas de publicação. Eu acho que esse é um elemento importante. Obviamente quem publica em inglês tem muita vantagem sobre quem publica em outras línguas, sendo uma língua franca de comunicação científica. Enquanto o nosso sistema for predominantemente em português, isso significa que vamos enfrentar uma série de problemas para divulgar e produzir impacto do nosso conhecimento. Não estou de maneira nenhuma defendendo que deveríamos parar de publicar em português, mas os efeitos de ter um sistema de divulgação científica que remete exclusivamente a um único país também são tanto positivos quanto negativos. Algum sistema híbrido precisa ser produzido para que avaliemos a qualidade das nossas revistas também em termos internacionais, porque senão estamos vivendo uma espécie de reserva de mercado para os nossos próprios trabalhos. Dessa forma, o mercado editorial vai mudar, e vejo o fator de impacto é algo que veio para ficar, embora as métricas estejam em discussão e seja necessário repensar a maneira como o conhecimento científico é produzido e divulgado na área da sociologia. Certamente esse não é o melhor momento para fazer isso, e seria muito importante que fizéssemos essa discussão em um ambiente plenamente democrático, o que não é o caso. Por isso, reforço: há muitos elementos impositivos nessa mudança do sistema de avaliação das agências federais, mas também do Ministério da Educação e do Ministério de Ciência e Tecnologia, e isso significa que a gestão aqui no PPGSA não está sendo nada fácil.

**Revista Habitus:** *Você poderia elaborar o que você diria para os graduandos que têm interesse pelo o seu campo? Tem alguma obra ou texto que você recomenda?*

**Rodrigo Santos:** Eu acho que tenho sido bem sucedido em atrair a atenção dos discentes da graduação para os temas com os quais trabalho. Aquela pesquisa que vocês fizeram sobre interesse dos alunos de graduação, para mim, foi muito elucidativa. Mas começou a funcionar ali. Até então, eu tinha muita dúvida e ali eu tive uma confirmação de que a “coisa funcionou”. Isso vem em fluxos, em ondas. Eu não dei aula na graduação nesse semestre, de modo que não estou tendo contato com uma nova geração de graduandos. Mas eu diria o seguinte e queria dar um conselho para os graduandos de modo geral. A primeira coisa é que a ciência não vai acabar. Houve períodos muito piores para fazer ciência e, nesse país, também. A ciência vai continuar existindo. Eu não sou a pessoa que acredita nessa coisa de vocação, isto é, de um “chamamento” para ser cientista. Fico pensando em como eu queria ter sido um músico com o mínimo de talento. Mas eu poderia fazer diferentes coisas bem e acho que essa é uma que eu faço de maneira legal, acho que funciona bem. Quem está se iniciando na graduação precisa compreender melhor a si próprio e aquilo que gosta de fazer. Trabalho científico não é trabalho para todo mundo, implica uma série de regras. Esse é um mundo que implica disputas de vaidade, mas que outro mundo não tem disputas de vaidade? Às vezes, as pessoas ficam muito

decepcionadas. “Olha, a academia é um ambiente terrível”, eu escuto muito isso. Mas vai para o setor privado, trabalhar em uma empresa, vai trabalhar no Estado, trabalhar na Procuradoria, no Ministério Público, tem tantos lugares... Não tem vaidade? Todos os espaços de trabalho são espaços eivados de relações de poder. Precisamos começar a ter clareza do que queremos fazer e a trajetória de um pesquisador na área de ciências sociais – e eu posso falar melhor da área de sociologia e também da antropologia, já que estou no PPGSA – é uma trajetória cheia de desafios, em particular, porque as políticas públicas no Brasil não promovem uma formação sustentada de cientistas, em especial na nossa área. Você não tem garantias de que vai ter bolsa, não tem garantias de que, se você obtiver essa bolsa, vai continuar com ela, etc. O investimento na infraestrutura para a formação científica ainda continua aquém daquilo que é necessário para a estruturação de um sistema robusto e aí eu dou o exemplo da internet no nosso prédio. O IFCS é, provavelmente, um dos centros de formação em ciências sociais mais importantes do Brasil e continuamos a ter problemas de internet nesse prédio – o que é algo inconcebível. Talvez isso não fosse um problema relevante há tempos atrás, mas o meu próprio trabalho, no qual preciso estar investigando e checando o tempo todo informações sobre empresas, sobre acionistas, etc., se torna muito difícil sem acesso confiável à internet. Eu não consigo trabalhar sem estar com um browser de internet ligado o tempo todo com dez abas abertas. É basicamente isso que eu faço. Esse exemplo pueril mostra que os cientistas sociais graduados e que seguirão em sua formação vão enfrentar problemas sérios em nosso mercado de trabalho, que é muito menor do que seria necessário. Mas é um pouco assim: se você gosta disso, eu sugiro que continue. Se você acredita que é isso que te faz feliz, se isso realmente te satisfaz em diferentes níveis, não precisa ser em todos – eu não gosto de tudo aquilo que faço, em particular corrigir avaliações, por exemplo. Eu não gosto de tudo o que eu faço, mas gosto da maior parte e gosto muito. É fundamental que vocês descubram aquilo que vocês gostam de fazer e invistam nisso, porque se vocês considerarem seriamente a formação de vocês, vocês têm acesso aos principais recursos para o seu desenvolvimento em um centro extremamente importante. Certamente essa formação vai continuar a fazer diferença. Basta olhar para os formandos do PPGSA que se tornaram professores no estado do Rio de Janeiro e em outros estados do Brasil hoje, ocupando vários departamentos de sociologia e antropologia. Isso é bastante óbvio, não estamos falando de qualquer centro.

Do ponto de vista da minha área, em particular, acho que vale a pena considerar os fenômenos econômicos com um pouco mais de seriedade e de modo científico. Capitalismo é uma palavra de ordem na universidade. Capitalismo, neoliberalismo, etc. são termos que perpassam discurso político no âmbito da universidade e acho que uma quantidade inferior de graduandos ao que imagino ser necessário estão interessados em discutir e investigar cientificamente essas questões. Se o Brasil não é para principiantes, a economia política brasileira também não é. Precisamos compreender o nosso papel no mundo capitalista, o papel dessa periferia extrativa em relação a outras periferias, dentre outras questões. Porque vai depender disso uma série de estratégias em termos de mobilização para ação coletiva, de enfrentamentos no que diz respeito ao planejamento e execução de políticas públicas, como é possível observar nos casos recentes da reforma trabalhista e da reforma da previdência. Mas estou pensando também de um ponto de vista mais geral, no nosso próprio entendimento do

lugar da sociologia para a explicação da realidade contemporânea. Se a sociologia, na sua origem, está diretamente vinculada à necessidade de entendimento da transformação do mundo pré-moderno para o mundo moderno, estamos observando características da modernidade que continuam a se radicalizar. Eu certamente não sou alguém que vai usar o termo pós-modernidade para definir qualquer coisa, mas podemos pensar em tendências de radicalização que já estavam postas por uma sociedade industrialista, capitalista e belicosa, que se apresentam, pelo menos, desde os fins do século XIX, início do século XX. Se a tarefa da sociologia ainda é entender isso, a dimensão econômica é absolutamente fundamental para que esse mundo faça sentido para nós e para que possamos andar nele sem mobilizar explicações míticas, porque boa parte da nossa atividade cotidiana continua amparada em uma certa mistificação da realidade.

Então, é difícil pensar em um trabalho que eu indicasse e fizesse com que vocês entendam tudo. Mas há dois trabalhos recentes que me ajudam a pensar nesses problemas e a articular escalas de análise, conectando o local e o global, e que nos permitem pensar na economia não só como uma dimensão que está fora da vida cotidiana, mas que inclui as pessoas. E são esses dois livros. Curiosamente são duas etnografias. Olhem como que eu sou interdisciplinar, pessoal. O primeiro é o livro da Caroline Knowles, da Goldsmiths University of London (UK), *“Nas trilhas do chinelo”*. Esse é um trabalho muito importante, no qual a autora discute aquilo que define como vias ou trajetórias secundárias da globalização. De modo geral, a literatura mais estruturalista com a qual me vinculo, considera, quase exclusivamente, a chamada via alta da globalização, sempre pensando Estados e empresas, e poucas vezes considera o papel das famílias, das relações de gênero, etc. na escala local, isto é, quase nunca os indivíduos e sua própria ação no mundo é levada em conta. A Caroline Knowles faz um esforço absolutamente brilhante para entender como é essa via baixa da globalização – ela está olhando a trajetória de uma *commodity* específica, um chinelo – se inicia por atividades cotidianas e processos de trabalho desde a extração de petróleo, a transformação do petróleo em borracha, até o descarte dessa sandália em um lixão em alguma periferia do Sul global. Esse é um trabalho muito interessante, em que a globalização entra como elemento constitutivo. E o segundo livro é um trabalho da Helen Sampson, *“Trabalhadores marítimos internacionais e transnacionalismo no século XXI”*, no qual eu tive o prazer de atuar como revisor técnico na tradução para o português, que também tem uma trajetória muito específica. Ele foi premiado como a melhor etnografia do Reino Unido em 2014 e a Helen Sampson faz um trabalho de investigação absolutamente fantástico.

**Revista Habitus:** *Ela que estava aqui recentemente?*

**Rodrigo Santos:** Sim, nós a convidamos. A Helen Sampson faz um trabalho de investigação sobre a atividade de trabalho na indústria de transporte marítimo, isto é, ela faz etnografia em navios. É uma pesquisa absolutamente impressionante e ela mostra como essa indústria, que é provavelmente a indústria mais globalizada que existe, é tanto um espaço de fluxos, o tempo todo pensando em termos de trajetórias mutáveis, mas também é composta por espaços que vinculam famílias, principalmente esposas desses trabalhadores marítimos, empresas,

armadores, etc. Mas ela mostra que setor, embora globalizado, produz um determinado tipo de experiência social que não pode ser pensada como transnacional. Em vez do empoderamento e de uma mobilidade plena dos indivíduos, a autora tematiza a desconexão com quaisquer espaços sociais e trajetórias que produzem, inclusive, muito sofrimento para esses trabalhadores e suas famílias. Eu acho que esses são dois trabalhos exemplares. Eles não estão usando o termo “rede global de produção”, mas estão tematizando exatamente os mesmos problemas que vêm me preocupando do ponto de vista da investigação já há algum tempo. 🌀

\* Mayra Pinheiro é Bacharel em Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ).

\*\* Júlia Kovak é graduanda em Bacharelado em Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ).

\*\*\* Tayná Mendes é graduanda em Bacharelado em Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ).